

Stéphane Figueiredo de Sousa***

Adriana dos Santos Barbosa**

Junara Batista*

Eriedna Xavier*

Valdenira Medeiros*

RESUMO: Embora a violência contra a criança e o adolescente não seja um problema surgido na sociedade atual, é na atualidade que o ponto de vista de que a criança e o adolescente são indivíduos em desenvolvimento, que possuem direitos e deveres, foi instaurada. A partir dessa concepção, inúmeros estudiosos têm analisado as ocorrências de violência e as suas implicações para o desenvolvimento de crianças e adolescentes vítimas (ARPINI; SIQUEIRA; SAVEGNAGO, 2012). Para ARAÚJO (2002), o abuso sexual é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento por parte de todos os envolvidos. É complicado para a criança e para a família, porquanto a denúncia do segredo aponta a violência que acontece dentro da própria família. Este estudo propõe de forma sistemática uma reflexão acerca do fenômeno da violência sexual em crianças e adolescentes, enfatizando a cerca da vulnerabilidade as quais crianças e adolescentes se encontram diante dos contextos em que estão inseridos, assim podendo ser fluentemente vítimas da violência e do abuso sexual, diante disto é visto uma ampla necessidade de denúncias sobre tais atos.

Palavras-chave: abuso sexual; família; vulnerabilidade.

ABSTRACT: While violence against children and adolescents is not a problem emerged in modern society, is at present the point of view of the child and the teenager are individuals under development, which have rights and duties, were instituted. Based on this concept, numerous scholars have analyzed the occurrences of violence and its implications for the development of child and adolescent victims (ARPINI; SIQUEIRA; Savegnago, 2012). To Araújo (2002), sexual abuse is a complex phenomenon and difficult confrontation by all involved. It is difficult for the child and for the family, because the complaint secret indicates the violence that happens within the family. This study proposes a systematic way a reflection on the phenomenon of sexual violence in children and adolescents, emphasizing the vulnerability about which children and adolescents are on the contexts in which they live, and can be fluent victims of violence and sexual abuse before it is seen a broad need for complaints about such acts.

Keywords: sexual abuse; family; vulnerability.

*** Psicóloga e Professora Mestra do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos.

** Psicóloga Especialista em Saúde Mental do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil de Patos.

* Graduandos do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Patos – FIP

Introdução

A família é distinguida como primeiro meio do qual a criança participa ativamente, interagindo através de relações face a face. De início, estas interações sucedem de forma diádica, como por exemplo, pela relação da mãe com a criança. Aos poucos, as relações vão se ampliando dentro do grupo familiar, desenvolvendo, dentro desse sistema, vários subsistemas, como a relação pai-criança e a relação entre irmãos (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003).

Apesar de existir alto índice de abuso sexual contra crianças e adolescentes, o Brasil é considerado, no âmbito internacional, um dos países que mais enfrenta a questão, dada a existência de uma legislação que propende proteger a criança e o adolescente. Como forma de proteção, o Governo Federal elaborou, em 2000, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantil- Juvenil, homologado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Em 2001, inseriu, no setor da Política de Assistência Social, o Programa de Enfrentamento ao Abuso Sexual Infanto-Juvenil, nomeado Programa Sentinela, e, no ano subsequente, o programa Ações Agregadas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR (LIMA; ALBERTO, 2010).

LIMA e ALBERTO (2010), destaca que o abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil é um fato atual no Brasil e no mundo. De acordo com dados do serviço do Disque-Denúncia Nacional, armazenados do ano de 2003 até novembro de 2007, existiu cerca de 28.480 denúncias em relação a abuso sexual, exploração sexual, violência, tráfico e negligência envolvendo crianças e adolescentes, dos quais, 7.824 concernentes a abuso sexual infanto-juvenil, superado apenas por apontamentos de negligência e violência em geral.

As famílias incestuosas expõem relações interpessoais assimétricas e hierárquicas, nas quais há uma variedade e/ou uma relação de subordinação. Alguns fatores de risco vêm sendo firmemente averiguados em famílias incestuosas. Estes são: pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; abuso de álcool e outras drogas; papéis sexuais rígidos; falta de conversação entre os membros da família; autoritarismo; estresse; desemprego; indiferença; mãe passiva e/ou ausente; dificuldades conjugais; famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); isolamento social; pais que sofrem de transtornos psiquiátricos; doença, morte ou separação do cônjuge; mudanças de comportamento da criança, incluindo conduta hipersexualizada,

subterfúgios do lar, diminuição no rendimento escolar, uso de drogas e conduta delinquente (HABIGZANG; KOLLER; AZEVEDO; MACHADO, 2005).

Em razão disso SCHAEFER; ROSSETTO; KRISTENSEN (2012) ressalta que conforme pesquisas epidemiológicas realizadas apontaram que 80% dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes são praticados no contexto familiar, apresentando permanência mínima de um ano. Nessas ocasiões em que os episódios são perpetrados por pessoas próximas às vítimas, os abusos são designados de intrafamiliares ou incestuosos.

Para ARAÚJO (2002) a violência intrafamiliar prossegue ocorrendo, embora já existam algumas conquistas no campo institucional, político e jurídico. Isso advém pela impunidade, pela ineficiência de políticas públicas e ineficácia das técnicas de intervenção e prevenção. Também são mantidas devido à cumplicidade silenciosa dos envolvidos: o silêncio da vítima, cuja palavra é penhorada pelo agressor por meio de chantageias; o silêncio dos demais parentes não agressores, que fecham os olhos e se omitem de qualquer atitude de proteção da vítima ou de denúncia do agressor; o silêncio dos profissionais que, em nome da ética e do sigilo profissional, se refugiam muitas vezes numa atitude defensiva, negando ou minimizando os efeitos da violência.

Com isso na concepção de ARAÚJO (2002), relata que a família, na qual conhecemos hoje, é uma forma de instituição social e basal para a formação do indivíduo. Pertence aos pais o cuidado pelo desenvolvimento físico e emocional de seus filhos, munindo às suas necessidades materiais e afetivas e garantindo-lhes amparo e segurança. Deste modo, pode-se afirmar que há violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes quando os pais usam o poder que lhes atribuem esses papéis para fins de preponderância e exploração, para consentir seus anseios e necessidades individuais. Instaura-se assim uma confusão entre papéis e funções, especialmente no caso do abuso sexual, quando tais atos são seguidos de cenas de charme e carinho que disfarçam a violência e o abuso. Tais comportamentos deixam a criança confusa e, dependendo do tipo de afinidade que mantém com o agressor, ela oscila entre calar ou denunciar tais atos cometidos por alguém que, por obrigação, deveria lhe dispensar cuidados e proteção.

Diante disso compete enfatizar segundo (CECCONELLO; ANTONI; KOLLER, 2003), que o ciclo de violência dentro da família pode ser rompido pela existência de fatores intermediários, como a rede de apoio social e afetiva, a harmonia familiar e a resiliência infantil e familiar. A aptidão das pessoas ou do sistema familiar de romper com a circunstância de violência e superar o episódio revela esta condição de

resiliência. Determinados fatores de proteção cooperam para que o ciclo de abuso seja atravancado. Deste modo foi identificado, por exemplo, que mães maltratadas em suas infâncias superaram esta condição, na presença de um adulto não-abusador que tenha lhe municiado apoio durante a sua infância; na manutenção de um relacionamento imutável com um companheiro na vida adulta que forneça apoio e bem-estar emocional; e na participação em alguma forma de psicoterapia durante algum tempo em sua vida. Estes fatores colaboraram para que estas mães constituíssem relacionamentos saudáveis na vida adulta, resguardando seus filhos da propagação do ciclo de violência.

O autor supracitado também destaca que o bem-estar e o “tratamento” destas pessoas cogita-se em uma grandeza de saúde pública, pois o abuso intrafamiliar assume, atualmente, dimensões de um problema desta ordem. A interconexão das pessoas e do ambiente social do qual a família faz parte está pertinente com a percepção de seu mundo social. O apoio social e afetivo oferecido para a superação da condição de família abusiva é de suma importância, porquanto reorienta as estratégias e as capacidades desta para o estabelecimento de novos vínculos e para o alcance de soluções que o ambiente lhe oferece, como proteção e força. Ao proporcionar tais possibilidades e recursos, a sociedade estará fortalecendo a família como um sistema social, contribuindo para a interrupção do ciclo de violência, e promovendo, assim, a resiliência.

ARAÚJO (2002) também afirma que o abuso sexual é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento por parte de todos os envolvidos. É complicado para a criança e para a família, porquanto a denúncia do segredo aponta a violência que acontece dentro da própria família. É difícil até mesmo para os profissionais, que na maioria das vezes não sabem como agir perante o problema.

Levando-se em consideração a intervenção do profissional e da rede de assistência, é de relevante importância que o profissional e o serviço que acolhe a criança e a família, estejam capacitados para abordar a problemática da violência levando-se em consideração o aspecto do desenvolvimento infantil assim como a fragilidade da criança e do cuidador que busca o apoio. É importante ainda avaliar os fatores e o nível de envolvimento do agressor com a criança. E sempre trabalhar com o envolvimento de toda rede e a ética profissional. O profissional que acolhe a criança deve oferecer espaços e tempo para que a criança externalize o seu sofrimento. Vale salientar que o infante nunca deverá ser retirado do seu lar, e sim quem deve ser afastado é o abusador. Ainda sobre a atuação profissional, interessante pensar numa

escuta atenta, assim possibilitando elementos essenciais na reconstrução, no fortalecimento e na manutenção dos vínculos, que vão se firmando.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2011) é importante ainda, que os profissionais não apresentem condutas isoladas, mas que as intervenções sejam da equipe como um todo. E todos devem utilizar como recurso o diálogo, considerando as preocupações, necessidades e demandas trazidas pelas famílias, pois essas serão fundamentais no processo de construção dos vínculos e desenharão o percurso a ser percorrido pelos profissionais frente a problemático do abuso. Assim sendo, os serviços e as equipes precisam oferecer espaços para que a família atue, trabalhando a família e seus desafios, expectativas, medos, é possível atuar no viés preventivo.

Cabe ainda, espaços de orientação sobre o desenvolvimento infantil, sexualidade, afetividade e relação familiar, oficinas temáticas como um dos recursos para trabalhar temas específicos, como direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, violação de direitos, regresso ao lar entre outros. Para o CFP (2011) é trabalhando o grupo que será possível desenvolver a prevenção. É preciso promover espaços onde o sujeito fortalecerá os laços e os vínculos familiares, levar em consideração quanto a formação dos grupos de apoio a faixa etária, e o número mínimo de participantes, destacando as questões específicas do abuso e da exploração sexual, é importante separar os tipos de violência. O profissional da psicologia atuando nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS em hipótese nenhuma deverá tornar-se um mero “investigador” dos quadros de violência, recebidos via justiça ou Conselho Tutelar. O trabalho sempre será no foco da reconstrução das relações e no fortalecimento das possibilidades de seguimento de um desenvolvimento saudável, apesar da violação sofrida. E o profissional do serviço CREAS jamais deverá assumir papéis que não sejam o de sua função, atribuindo importância ao trabalho em rede. Assim, do mesmo modo que não deve ocupar o lugar do psicoterapeuta, ausente na rede de saúde, não deve ocupar o lugar do psicólogo da equipe de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos (art. 150, ECA).

Sendo assim, para o CFP (2011), o atendimento a criança vítima do abuso, deverá ser considerada sempre como um sujeito singular, inserido socialmente e que precisa de espaço para ser ouvida e tratada como tal, e não apenas como vítima.

Para HABIGZANG; CORTE; HATZENBERGER; STROEHER e KOLLER, (2008) expõe que o abuso se torna mais explícito quando a vítima percebe a violência, assim o perpetrador utiliza recursos, tais como barganhas e ameaças para que a criança conserve a ocorrência em segredo. Estudos como este aponta que esse segredo é

conservado, na maioria dos acontecimentos, por pelo menos um ano. A criança sente-se vulnerável, acredita nas ameaças e desenvolve crenças de que é culpada pelo abuso, sentindo vergonha e receio de revelá-lo à família e ser punida. Deste modo, acomodar-se à situação abusiva, acreditando manter o equilíbrio nas relações familiares. Outro fator frequentemente adjunto ao abuso sexual, que dificulta que sua dinâmica seja rompida, é a presença de outras formas de violência intrafamiliar, tais como negligência, abusos físicos e emocionais. A violência suscita em um ambiente, no qual predominam os sentimentos de medo e de abandono. Estes colaboram para que o abuso sexual seja mantido em segredo pela própria vítima e por outros membros da família que, em alguns casos reconhecem a situação, mas não a denunciam.

Na concepção de HABIGZANG; AZEVEDO; KOLLER; MACHADO (2006), o impacto da violência sexual está pertinente a fatores inerentes à criança, tais como vulnerabilidade e resiliência (temperamento, resposta ao nível de desenvolvimento neuropsicológico) e a existência de fatores de risco e proteção extrínsecos (recursos sociais, funcionamento familiar, recursos emocionais dos cuidadores e recursos financeiros, incluindo ascensão ao tratamento). Determinadas decorrências negativas são acentuadas em crianças que não dispõem de uma rede de apoio social e afetiva.

Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e indivíduo que esteja em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para a estimulação sexual do perpetrador (HABIGZANG et al., 2005).

Ainda segundo HABIGZANG et al., (2006), a interação sexual pode abranger toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). Entretanto pode variar desde atos em que não existem contato físicos, mas que envolvem o corpo (assédio, voyeurismo e exibicionismo), aos distintos tipos de atos com contato físico sem penetração (sexo oral, intercurso, interfemural). Conglomera, ainda, a ocorrência de exploração sexual, tendendo ao lucro, como a prostituição e a pornografia.

Apesar da complexidade e da quantidade de variáveis envolvidas no impulso do abuso sexual na criança, esta experiência é ponderada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias, sendo que crianças ou adolescentes podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático.

Assim diante do que foi posto HABIGZANG et al., (2008), enfatiza que além dos transtornos psicopatológicos, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual

podem mostrar alterações comportamentais, cognitivas e emocionais. Dentre as alterações comportamentais destacam-se: comportamento hipersexualizada, excesso de substâncias, fugas do lar, furtos, retraimento social, agressividade, modificações nos padrões de sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos, tais como se machucar e tentativas de suicídios. As alterações cognitivas abarcam baixa concentração e atenção, dissociação, refugio na fantasia, baixa rentabilidade escolar e crenças alteradas, tais como percepção de inferioridade e inconformidade. As alterações emocionais referem-se aos sentimentos de medo, vergonha, culpa, ansiedade, angústia, raiva, e irritabilidade. Assim também pode ocasionar sintomas corporais tais como hematomas e traumas nas regiões oral, genital e retal, coceira, inflamação e infecção nas áreas genital e retal, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, doenças psicológicas e desconforto em relação ao corpo.

Portanto quando há desconfiança de abuso sexual contra crianças e adolescentes, todos têm a obrigação de noticiar o fato às Comandos policiais que, por sua vez, se delegarão de averiguar o caso. Ao mesmo tempo em que denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes são cada vez mais frequentes, implicando em medidas protetivas urgentes para as vítimas e penalidades para os perpetradores, além disso, são crescentes os casos de falsas denúncias. Assim, profissionais de distintas áreas têm atuado no estudo, na prevenção e na intervenção dos casos de abuso sexual, buscando compreender as implicações desse fenômeno e promovendo medidas de proteção para as vítimas (Schaefer et al., 2012).

Método

Trata-se de um estudo bibliográfico com análise sistemática e qualitativa, baseado em uma pesquisa eletrônica de artigos indexados nas bases de dados do SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico.

Inicialmente, fez-se uma leitura flutuante em alguns artigos utilizando o termo “Abuso sexual”, com posterior análise das publicações para aprofundar o conhecimento sobre o construto. Foram incluídos artigos científicos referentes à temática em estudo, seguindo alguns critérios de inclusão: ser texto original publicado em revistas científicas, estar acessível na íntegra nas bases de dados disponíveis on-line (Google Acadêmico, Scielo), trazer em seu conteúdo discussões sobre “Abuso sexual”.

A partir do levantamento dos estudos, foram encontradas 10 publicações destacando-se o termo “Abuso sexual” em periódicos indexados entre 2002 a 2012. No

entanto, após leitura dos textos, foram selecionados 7 artigos que se encaixavam aos critérios de inclusão anteriormente descritos.

Após a revisão dos artigos, foram preparados fichamentos que objetivaram a identificação das obras consultadas, como também o registro do conteúdo e dos comentários acerca das mesmas. Os conteúdos apreendidos propiciaram a construção lógica deste estudo, que consistiram na coordenação das ideias diante dos objetivos traçados.

Considerações Finais

A fim de elucidar os aspectos do conteúdo, foi desenvolvido um delineamento como unidades de análise/elementos destacados nessa temática, ou seja, categorias, que nortearam a revisão, a conhecer: Origem das publicações; Contexto onde ocorre o abuso sexual; Formas de manifestação; Prevalência; Enfrentamento do problema; Ambientes; Família; Práticas de prevenção.

Sobre a origem das publicações todas foram em português, onde se percebe uma expansão de estudos acerca da temática, ou seja, no ano de 2002 foi trabalhado 1 artigo, fundamentado por Araújo o qual objetivou analisar a violência sexual infantil assim afirmando que é uma forma de abuso que abrange poder, coerção e/ou sedução. É um ato que submerge em duas distinções básicas: de gênero e geração. O abuso sexual infantil é comumente perpetrado sem o uso da força física e não deixam marcas visíveis, o que inibe a sua comprovação, sobretudo quando se trata de crianças pequenas.

Referente ao ano de 2003, foi utilizado 1 artigo, este abordando o abuso físico no microsistema familiar é menos criticado do que o abuso sexual. Valores existentes no macrosistema, conjunto de ideologias, crenças e tradições existentes em determinado contexto, justificam este fenômeno como assentimento e a concessão da repreensão corporal. As causas do abuso físico contra a criança e o adolescente são multifatoriais e necessitam ser incluídas ecologicamente, por meio dos aspectos social, familiar e pessoal (CECCONELLO et al. 2003).

Publicados em 2005, foram consultados 1 artigos, o qual enfatizou que o abuso sexual também pode ser acentuado, de acordo com o contexto de ocorrência, em distintas categorias. Fora do envolvimento familiar, assim como pode advir em casos nos quais crianças e adolescentes são envolvidos em pornografia e exploração sexual. Entretanto, a maior parte das violências sexuais perpetradas contra crianças e adolescentes sucedem dentro de casa e são cometidos por pessoas próximas, que

exercem papel de cuidador destas. Nesses casos, os abusos são nomeados intrafamiliares ou incestuosos (HABIGZANG et al. 2005).

No ano de 2006, os autores HABIGZANG et al. Objetivaram que uma vez que a maior parte dos casos de abuso sexual abrangendo crianças e adolescentes não é denunciada, em razão aos sentimentos de culpa, desonra e tolerância da vítima. A experiência de abuso sexual pode comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes de diversos modos, uma vez que alguns apresentam sequelas mínimas ou nenhum efeito visível, enquanto outros desenvolvem ríspidos problemas emocionais, sociais e/ou psiquiátricos.

Foi empregado um artigo do presente ano, 2008, no qual HABIGZANG et al. Ressaltam que o estudo também inclui circunstâncias nas quais não há contato físico, tais como *voyerismo*, assédio, exibição a imagens ou eventos sexuais, pornografia e exibicionismo. A experiência de abuso sexual pode afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes por distintos meios e veemências. A avaliação psicológica permitiu compreender a história e a dinâmica do abuso sexual, bem como identificar sintomas psicopatológicos e alterações cognitivas, emocionais e comportamentais.

LIMA e ALBERTO (2010), destacam que o abuso sexual distinguir-se por uma assimetria categórica para a condição de abuso de uma pessoa sobre outra. Trata-se da concepção de que o agressor possui desenvolvimento psíquico ou físico maior que o de sua vitimada, o que torna corriqueiro a presença de outros artifícios de aparição desse domínio, como ameaça ou chantagem.

SCHAEFER et al. (2012), ressalva que na dinâmica do abuso sexual infanto-juvenil, é corriqueiro que aconteça a retratação, a negação ou a dissociação, colaborando para a perpetuação da agressão por um longo tempo e impedindo a sua denúncia, ou seja, fortalecendo a Síndrome de Segredo no sistema familiar. Algumas vezes a vítima arrisca revelar a situação abusiva, sendo a manifestação interpretada como imaginação ou mentira da criança.

Foi possível identificar a prevalência de temas sobre o abuso sexual intrafamiliar, sobretudo na fase da infância da adolescência. Predominou a visão dos autores perante as violações, avaliações e diagnósticos, diante destes, a maioria corroboraram a cerca da vulnerabilidade as quais crianças e adolescentes se encontram diante dos contextos em que estão inseridos, assim podendo serem fluentemente vítimas da violência e do abuso sexual, diante disto é visto uma ampla necessidade de denúncias sobre tais atos.

Referências

- ARAÚJO, M. F. **Violência e abuso sexual na família.** v.7(2), p. 3-11. 2002
- ARPINI, D. M., SIQUEIRA, A. C, & SAVEGNAGO, S. D. O. **Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade.** v. 14(2), p. 88-101. 2012
- CECCONELLO, A. M., ANTONI, C & KOLLER, S.H. **Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar.** v. 8, p. 45-54. 2003
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias: referências para atuação do psicólogo.** Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP,2009.
- HABIGZANG, L. F., KOLLER, S. H., AZEVEDO, G. A & MACHADO, P. X. **Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos.** v. 21(3), p. 341-348. 2005
- HABIGZANG, L. F., AZEVEDO, G. A., KOLLER, S. H, & MACHADO, A. X. **Fatores de Risco e de Proteção na Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual*.** v. 19 (3), p. 379-386. 2006
- HABIGZANG, L. F., CORTE, F. D., HATZENBERGER, R., STROEHER, F & KOLLER, S. H. **Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência.** v. 21(2), p. 338-344. 2008
- LIMA, J. A, & ALBERTO, M. F. P. **As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar.** v. 15(2), p. 129-136. 2010
- SCHAEFER, L. S., ROSSETTO, S, & KRISTENSEN, C. H. **Perícia Psicológica no Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.** v. 28(2), p. 227-234. 2012